



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

NORILDE JOSÉ DA SILVA

**COMUNIDADE INTERNACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS AGENDAS
POLÍTICAS DOS PAÍSES AFRICANOS: O CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DO
MULTIPARTIDARISMO NA GUINÉ-BISSAU**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

NORILDE JOSÉ DA SILVA

**COMUNIDADE INTERNACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS AGENDAS
POLÍTICAS DOS PAÍSES AFRICANOS: O CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DO
MULTIPARTIDARISMO NA GUINÉ-BISSAU**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para a
obtenção do título de Bacharelado em Humanidades, na
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, (UNILAB) - Campus dos Malês

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	PROBLEMA DA PESQUISA	5
3	HIPÓTESE	6
4	OBJETIVOS	6
4.1	GERAL	6
4.2	ESPECÍFICOS	7
5	JUSTIFICATIVA	7
6	METODOLOGIA	9
7	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
7.1	COMUNIDADE INTERNACIONAL	10
7.2	DEMOCRACIA: O PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU	12
7.3	MULTIPARTIDARISMO	15
8	CRONOGRAMA	17
	REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

Após a proclamação da sua independência, em 1973, a Guiné-Bissau passou a ser governada pelo regime do partido único, sendo neste caso, o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde, aquele que gozava deste estatuto do partido-estado, o qual viria a mudar somente no início da década 1990, com a abertura democrática equacionando a emergência do multipartidarismo no país.

Alguns autores defendem que o processo da democratização da Guiné-Bissau se deve não só aos fatores internos que caracterizavam o país na época, mas também teve influência externa, sobretudo numa época em que a conjuntura internacional passava por fortes mudanças em decorrência, principalmente, do colapso da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O prenúncio da desintegração da União Soviética, caracterizada por profundas crises econômicas e políticas, e o efetivo desmoronamento do muro de Berlim contribuíram enormemente para a abertura democrática e implementação da economia no mercado na Guiné-Bissau. Portanto, as repercussões do fim da ordem bipolar decretaram o triunfo do modelo econômico-capitalista e o modelo ocidental da democracia representativa (MBUNDE, 2017, p. 49).

Ao analisar a dinâmica organizacional da Guiné-Bissau após a independência até os finais da década 80, do século passado, percebe-se que o país vivia sob o modelo econômico e político com uma forte influência daquele adotado pela União Soviética, em que o Estado era o responsável pelo controle do mercado, ou seja, a economia era centralizada (intervencionista), o Estado é que definia como deveria funcionar o mercado, não as propriedades privadas, como também havia um único partido político responsável pela administração do país. Entretanto, a situação econômica interna guineense encontrava-se numa situação lastimável, obrigando o governo guineense a recorrer às ajudas externas para colmatar o seu déficit econômico (IÉ; LANGA, 2019).

Perante esta situação, as instituições de Bretton Woods, Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) disponibilizaram a apoiar o país mediante imposição de algumas condicionalidades: abertura econômica e implementação do multipartidarismo. Essas condicionalidades acabaram por serem aceitas pelas autoridades bissau guineenses. Desse modo, foi instituído o Programa de Ajuste Estrutural e imediata revisão constitucional, equacionando assim a emergência do multipartidarismo em 1991, em seguida a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994.

Passados vinte e sete anos após a implementação do multipartidarismo, a Guiné-Bissau já realizou sete eleições presidenciais e seis legislativas, contando sempre com os apoios financeiros e técnicos da comunidade internacional. Perante isso, o presente trabalho procura compreender até que ponto a comunidade internacional influenciou a implementação do regime multipartidário na Guiné-Bissau, além disso, objetiva-se entender se essa influência ainda está presente no processo democrático do país.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Durante dezassete anos após a conquista da independência, o país passou por vários conflitos, clivagens e divergências internas, principalmente dentro do PAIGC (Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde). Um dos principais conflitos entre as cúpulas internas do partido era a relação entre os guineenses e cabo-verdianos, culminando assim no primeiro golpe de estado (1980) sob liderança de João Bernardo Vieira. Passando dez anos sob a liderança de João Bernardo Vieira, o país deparou com vários problemas sociais, políticos e, principalmente, econômicos. Perdendo o apoio de um do seu maior parceiro internacional, os governantes guineenses foram obrigados a procurar alternativas com o intuito de combater a crise econômica. Sendo assim, deu início uma série de movimentações no campo político de relações bilaterais com o objetivo de inverter o cenário, entre os quais a aderência a um novo modelo político (multipartidarismo).

Conforme Djaló (2020), a partir de 1990, começaram-se as movimentações para a implementação do sistema multipartidário em vários lugares do continente africano, incluindo a Guiné-Bissau que aderiu a democracia oficialmente em 1994, com a realização das primeiras eleições multipartidárias no referido ano. No entanto, para isso acontecer, era necessário que o país alterasse diversos pontos da sua Carta Magna, pois os poderes eram centralizados no regime de partido único, que na altura era o PAIGC. Com a extinção e a criação de algumas leis, aprovaram e permitiram a criação das outras forças partidárias, dando início oficialmente à abertura política. Nessa ótica, problematiza-se o papel que teve a comunidade internacional no processo de abertura democrática na Guiné Bissau, e quais são as suas implicações na dinâmica política atual do país?

3 HIPÓTESE

Levando em consideração as leituras efetuadas de diferentes autores sobre a temática em questão, parte-se da seguinte hipótese:

1. A aceitação e participação da Guiné-Bissau na dinâmica do multipartidarismo parte das interferências ou pressões externas, numa época em que país atravessava graves crises de ordem socioeconômica, o que limitava a capacidade do governo, na época, em financiar os seus programas de desenvolvimento, recorrendo deste modo aos parceiros externos como forma de amenizar os problemas que assolava a sua população;

2. A aceitação do multipartidarismo é resultado das mudanças estruturais que se viam na conjuntura internacional, num momento em que os preceitos do neoliberalismo defendidos pelos Estados Unidos da América (EUA) se transformaram na ideologia dominante do sistema internacional; e

3. A crise interna e a incapacidade do partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido-estado, até então, em garantir o bem-estar social como se prometia durante a luta pela independência, permitiu a emergência de movimentos políticos que demandam a extinção do regime do partido único.

É importante frisar que, independentemente de quais dos fatores provocaram a emergência do multipartidarismo na Guiné-Bissau, após o golpe do estado de 14 de novembro de 1984, a fragilidade do regime do partido único se mostrava cada vez mais acentuada, sobretudo pela ascensão de novos atores políticos que, por mais que suas ações se faziam de maneira clandestina, mexiam com a estrutura política e social do país, a medida que uma considerável parcela da população guineense começava a olhar por esses movimentos como alternativas ao regime do PAIGC como fator agudizante das precariedades econômica e social que se arrastaram por toda década 80 do século passado.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Compreender o papel da comunidade internacional no processo de abertura democrática na Guiné-Bissau.

4.2 ESPECÍFICOS

- a) Analisar a dinâmica sociopolítica da Guiné-Bissau antes da implementação do multipartidarismo;
- b) Investigar o processo da democratização na Guiné-Bissau entre os anos 1991 e 2012;
- c) Identificar quais organizações internacionais influenciaram a implementação da democracia na Guiné-Bissau e que fatores impulsionaram a intervenção dessas organizações na política interna do país.

5 JUSTIFICATIVA

Passadas três décadas após a implantação do multipartidarismo e realizações de sucessivas eleições tanto presidenciais como legislativas, verifica-se, até os dias atuais, o apoio da comunidade internacional em praticamente todas eleições realizadas na Guiné-Bissau, através da disponibilização dos recursos financeiros e apoios técnicos nos processos das eleições. Ora, mesmo com os apoios da comunidade internacional, o país continua enfrentando dificuldades para consolidar a sua democracia caracterizada por alguns estudiosos como “uma democracia frágil”.

Diante do exposto, o desenvolvimento deste trabalho se mostra importante, uma vez que nos permitirá observar de forma aprofundada essa temática que tanto se discute nos seios dos guineenses, seja na classe política, acadêmica e social, impondo ao desafio de apresentar novas abordagens que possam contribuir para o enriquecimento do debate a volta da participação da comunidade internacional no processo democrático guineense.

Essa situação tem chamado atenção de diversas formas, pois o país faz parte de várias organizações internacionais e regionais e em várias situações a comunidade internacional tem posicionado e até sancionado o país com cortes de verbas destinados ao apoio financeiro em áreas de desenvolvimento e cortes de relação total com uns líderes políticos. Exemplo disso, podemos citar o caso que aconteceu em 2009 com os assassinatos do ex-presidente da República João Bernardo Vieira e o ex-general das Forças Armadas Tagmé Na Waie, o Fundo Monetárias FMI cortou todas as verbas que havia prometido repassar para o governo então chefiado pelo Carlos Gomes Júnior (CADOGO) como forma de mostrar a sua indignação e descontentamento com o acontecido. Meses depois, a comunidade voltou a restabelecer os apoios cortados apenas quando o ex-presidente da República, Malam Bacai Sanhá assumiu a

presidência até janeiro de 2011, quando esse veio a óbito, vítima de doença prolongada.

O país foi dirigido interinamente pelo então presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) Raimundo Pereira, conforme a constituição da república (1996) permite. E o país voltou às eleições presidenciais em 2012, onde o candidato do PAIGC, Carlos Gomes Júnior foi o mais votado no primeiro turno e o segundo turno ditou a disputa entre o candidato supracitado e o do Partido da Renovação Social (PRS) Dr. Kumba Ialá. Antes da realização do segundo turno, o país se mergulhou em outro golpe de Estado contra Carlos Gomes Júnior, pois esse, apesar de ser o candidato mais votado na primeira volta, era o Primeiro Ministro do país, uma situação que fez rolar muitas tintas e críticas, já que para alguns juristas o Cadogo chefiava o governo; ele não poderia se candidatar, para outros ele podia se concorrer às eleições desde que o seu partido indicasse outro nome para chefiar o governo.

O golpe do Estado de 2012 foi umas das situações que me chamou atenção, pois a comunidade internacional tem intervido na busca da estabilidade democrática mesmo que de forma tímida, ora sancionando o país todo com cortes de verbas financeira, ora sancionando alguns atores políticos. Mas mesmo assim parece que as decisões da comunidade internacional apenas assustam em alguns meses, porque as situações que provocam instabilidade política no país sempre repetem constantemente, ora presidente derrubando o primeiro ministro eleito democraticamente, ora dissolvendo o parlamento.

Por estes motivos, essa pesquisa objetiva discutir a influência da comunidade internacional no processo da implementação do multipartidarismo e o papel que está tendo na busca pela consolidação da democracia na Guiné-Bissau. Então, justifica-se também a relevância desse trabalho no ponto de vista social e político para a sociedade guineense como uma ferramenta que poderá servir para as reflexões sobre o modelo da democracia implementado desde as primeiras eleições em 1994. Por outro lado, espera-se com as discussões aqui apresentadas como mais uma contribuição no âmbito acadêmico a par das outras obras já escritas que discutem o processo da democracia imposta na África Ocidental e o caso da Guiné-Bissau em particular. Ademais, a realização dessa pesquisa poderá ajudar no fomento de diálogos em relação a democracia guineense, já que esse trabalho tornará um material didático que pode servir de fonte de pesquisa acadêmica e não só, no futuro contribuindo, portanto, para edificação de um tema que ainda precisa ser discutido sobretudo no ambiente acadêmico.

6 METODOLOGIA

Tendo em conta os objetivos delineados para esta pesquisa, faz-se necessário de antemão apresentarmos os procedimentos metodológicos que vão possibilitar a sua materialização. Sendo assim, a pesquisa terá como abordagem de base qualitativa que, de acordo com Creswell (2007), consiste em um estudo que adota diversas formas de coleta e análise de dados, e tem vários métodos nas quais, humanísticos e interativos que também incluem observações das documentações no caso levantamento bibliográfico e entrevistas; este trabalho baseia-se numa pesquisa exploratória, de maneira que vai permitir o pesquisador a se familiarizar mais com o problema de pesquisa, facilitando assim na formulação das hipóteses.

No que se trata dos procedimentos de coleta de dados, os procedimentos técnicos vão ser utilizados para coleta de dados que serão feitos a partir das pesquisas bibliográficas. Para Carlos Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base nos assuntos já elaborados, constituídos por artigos científicos e outras bibliografias. Esse tipo de pesquisa consiste em favorecer o pesquisador um campo mais vasto de dados, no entanto faremos análise de alguns dados eleitorais, e financiamentos por parte da Comunidade Internacional. Também a partir destes procedimentos técnicos, a maior parte do trabalho será realizada na própria Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB) e nas pesquisas que serão feitas na internet.

E essa, pesquisa se baseará no método qualitativo por meio de coletas de materiais bibliográficos (artigos, teses, livros e monografias) que possam servir para consecução dos objetivos que norteiam a emergência da mesma, pois a realização dessa pesquisa se dá pela relevância da temática, principalmente diante das cíclicas crises que minaram o processo da consolidação do estado de direito democrático na Guiné Bissau, por ser uma nação pluriétnica onde esses agentes ou grupos sociais são importantes nesse processo. De igual modo, a influência na agenda política guineense.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este projeto de pesquisa se fundamenta em alguns conceitos como: comunidade internacional, multipartidarismo, e democracia.

7.1 COMUNIDADE INTERNACIONAL

Para Ago (2008), a Comunidade Internacional é uma coletividade de vários países caracterizada pelo surgimento de fatos de união social que zela pelo bom e organizado desenvolvimento entre os seus membros, ajudando assim em determinadas situações, como decisões políticas, problemas ambientais, ataques terroristas e muitos outros, sendo os governos representantes de Estados perante ela.

Segundo o autor, o termo comunidade internacional é a mais apropriada para designar a coletividade dos Estados. Um indivíduo ou seja ser humano como tal não faz parte de seus membros, mas sim entidades políticas.

A Guiné-Bissau é um país com diversos problemas financeiros, por isso, muitas das vezes ela precisa recorrer às ajudas internacionais e regionais para poder resolver certos problemas. Depois do conflito armado de 1998-1999, o país passou por assassinatos de vários chefes militares e políticos, e também passou por sucessivos golpes de estado. E toda essa desordem acabou por criar obstáculos aos financiadores internacionais que tinham muitos projetos para melhoria da situação econômica e política do país.

A comunidade internacional teve um papel importantíssimo no processo da transição política no país. Segundo Koudawo (1994), a participação da comunidade internacional nos assuntos internos dos países africanos, principalmente nos processos eleitorais, se encontra em vias de banalização, contudo as suas influências e contribuições financeiras ajudaram muito no processo da transição política na Guiné- Bissau.

Conforme Dumas Teixeira (2008), a liberalização econômica também foi um dos aspetos que se sobressaiu durante o processo da democratização em Guiné-Bissau, pois a abertura ao capital estrangeiro e sub-regional lhe levou no âmbito do Programa de Ajustes Fiscais e Macroeconômicos imposto pelo FMI e BM.

[...], o lema de livre mercado onde a manutenção de eleições periódicas nos continentes faz parte das condicionalidades impostas por instituições internacionais. Nesse contexto, em janeiro de 1997, a Guiné Bissau ingressou na União Econômica Monetária Oeste da África Ocidental (UEMOA), da qual também fazem parte Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Senegal, Mali, Níger e Togo, tornando-se assim o oitavo membro da organização. O peso guineense, antiga moeda nacional, foi substituído pelo Franco CFA, patrocinado pela França. (TEIXEIRA, 2008, p. 35).

Segundo Bijagó (2017), com o objetivo de garantir a equanimidade e bom andamento do processo eleitoral, a comunidade internacional teve o papel de fiscalizar e orientar todo

esse processo. A má gestão e a falta de infraestrutura logística nos períodos das eleições, a demorada abertura das mesas de voto, a insuficiência de urnas, as confusões com os cartões dos eleitores, o desaparecimento de urnas, entre outros, são fatores que causam desorganização nos eleitores, e isso foi uma das causas que também impulsionaram a participação dos observadores da comunidade internacional nas eleições.

Entre os anos 2010 à 2012, a situação econômica guineense melhorou muito por causa da situação política que vigorava na altura. Depois da morte do Malam Bacai Sanhá, os parceiros internacionais voltaram a acreditar na estabilidade política do país, o que lhes incentivaram a fazerem novos investimentos. Mas o golpe de Estado de 2012 acabou por interromper essa volta de parceiros, fazendo com que o país entre em crise novamente, e isso obrigou muitos parceiros internacionais e regionais no caso Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), BM, União Europeia (UE), União Africana (UA), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e outros, a cortarem as suas relações tanto políticas quanto econômicas.

As ajudas internacionais ou seja os financiamentos dos parceiros internacionais não se limitam só em ajudar o país nos processos eleitorais, mas também ajuda o país a investir para garantir a melhoria de condições de vida para a população e o desenvolvimento do país, pois também investem na área educativa, uma vez que essa contribuição ajuda na dinâmica social do país, ou seja os apoios da comunidade internacional sempre estão presentes no processo de desenvolvimento e construção do país, uma vez que também apostam nos projetos educativos ajudando assim na produção dos conhecimentos. No quadro abaixo, apresentamos os principais parceiros internacionais da Guiné-Bissau.

Quadro 1 - Parceiros internacionais da Guiné-Bissau

Países	Organizações internacionais
Timor Leste	CEDEAO
China	BAD
Senegal	UNIÃO AFRICANA
Portugal	UNIÃO EUROPEIA
Nigéria	CPLP
França	ONU
Angola	UEMOA
Cabo-Verde	PALOP
Rússia	
Estados Unidos da América	
Índia	
Brasil	

Fonte: elaborado pela autora.

7.2 DEMOCRACIA: O PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU

A discussão sobre o processo de abertura democrática na Guiné-Bissau nos leva primeiramente para uma abordagem conceitual sobre a democracia que é um regime político que possui várias concepções, para depois aprofundarmos o caso da implementação do multipartidarismo na Guiné-Bissau.

A democracia é uma palavra de derivação grega que significa o “poder do povo”, o termo implica, antes de mais, um princípio de legitimidade. Segundo MENDES (2010), a palavra «democracia» tem as suas raízes no termo grego “democracia”, formado por demos (povo) e kratos (governos). O fundamental é que o povo escolha o indivíduo ou grupo que governa, e que controle como ele governa. “O significado básico de democracia é, por conseguinte, o de um sistema político em que o povo governa, e não monarcas e aristocratas” (Bobbio, 2003: 233; Canfora, 2007: 20, 39; Giddens, 2004: 426 apud, Mendes, 2010, p. 40). Com isso, podemos presumir que não podemos definir a democracia da forma única, por ela ser um conceito polissêmico, ou seja, tem múltiplos significados.

De acordo com Barros (2012), a história política recente de Guiné-Bissau foi

atravessada por profundas transformações desde a proclamação unilateral da independência em 1973, depois de onze anos de luta armada, passando pela liberação política nos inícios dos anos noventa, um processo que foi interrompido pelos sucessivos golpes de estado por via armada, onde o poder do povo passou a se limitar no simples ato de votar e uso da violência como forma de legitimar a democracia. Mas para Bobbio (1987), o conceito da democracia não se resume só no ato de votar, mesmo que ela faça parte.

Após um longo período de autoritarismo, começou-se o processo de abertura democrática e reforma do Estado que culminou com a realização das primeiras eleições multipartidárias. Bratton e Van de Walle (1998) apud (MACUANE, 2000) trouxeram algumas discussões muito importantes baseadas nas análises feitas nas reformas políticas ocorridas na África subsaariana nos inícios dos anos 90. Esses autores concluíram que a democracia é uma forma de regime político onde os cidadãos participam na escolha dos seus representantes, no aparelho do Estado. Da mesma forma, para Dahl (2012); Huntington (1994), uma transição para democracia acontece com a instalação de um governo escolhido na base de uma eleição competitiva e livre.

De acordo com Dumas Teixeira (2008), em 1994 se deu a primeira eleição multipartidária, onde teve a participação de quinze partidos políticos, na qual o PAIGC saiu como partido vencedor, na altura era dirigido por Nino Vieira que era o comandante e general supremo das forças armadas:

O PAIGC obteve a maioria dos assentos na Assembléia Nacional (62%) e elegeu o presidente, João Bernardo Vieira, via eleição direta com 64,2% dos votos. Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), ficou na segunda posição, com 31% dos votos. (TEIXEIRA, 2008, p. 24).

A comunidade internacional e a população estavam com muita expectativa à espera de um mandato em prol da democracia, que infelizmente não foi o caso, pois o presidente eleito continuou com o bloqueio da liberdade de expressão, e a repreensão dos órgãos da comunicação social. No dia 07 de junho de 1998 desencadeou-se um conflito armado entre junta militar comandado pelo ex-Chefe de Estado Maior das forças armadas Ansumane Mané formado por veteranos da luta de libertação e as forças de defesa da casa presidencial que depois tiveram apoio de tropas da Guiné- Conakry e Senegal. Essa guerra atormentou a vida da população. Foram muitas perdas de vidas, pois essa guerra durou 11 meses. E depois desse

conflito até os dias atuais, nenhum governo democraticamente eleito conseguiu terminar o seu mandato, golpes militares passaram a ser o que impede o término de alguns governos eleitos.

De acordo com TAMILTON TEIXEIRA, (2017), até mesmo depois do primeiro governo constitucional, o país não conseguiu se manter estruturado para se avançar no caminho de tão esperado desenvolvimento econômico e social.

Conforme CARLOS CARDOSO (1995) e TAMILTON TEIXEIRA (2017), a crise democrática na Guiné-Bissau também se deve a comportamentos de certos partidos políticos sem as mínimas estruturas de funcionamento.

Já para o TIMÓTEO MBUNDE (2015), às cíclicas interrupções da democracia no país devem-se às vezes com comportamentos dos partidos políticos, mas também tem as suas outras causas fora do sistema partidário.

Sendo assim, fica não menos claro que o normal e sólido funcionamento da democracia depende de tipos de configuração, estruturação, comportamento, articulações e atuações dos partidos políticos. Embora as democracias representativas não tenham dependido somente e exclusivamente dos partidos bem institucionalizados para o seu sucesso, havendo outras variáveis independentes cujo grau de importância pode exercer significativa influência no processo de enfraquecimento ou fortalecimento da democracia (MBUNDE, 2015, p. 44.).

Mbunde ainda realçou que os partidos políticos têm um grande peso no compromisso com o processo da democratização, ou seja os comportamentos dos partidos políticos têm importante reflexo tanto na consolidação da democracia, quanto no seu fracasso. A constituição da república de Guiné-Bissau precisa colocar limites de maneira muito clara nos poderes da república, pois ainda existe o acúmulo de poderes por parte do presidente da república, o que muitas vezes contribui também para crises e muitas instabilidades políticas, com grandes efeitos na parte econômica. Sendo assim, acaba por inviabilizar realizações de programas de governo e de parceiros internacionais, no caso de BM, FMI, programas de Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) e União Europeia, de acordo com PINTO MONTEIRO (2020). Ele ainda ressaltou outro fator muito interessante, que julga ser uma das causas que também interrompem o processo da consolidação da democracia na Guiné-Bissau; esse fator deve-se às infraestruturas, pois desde o regime de partido único até com a implantação do multipartidarismo dá para perceber que até nos dias atuais ainda existem as infraestruturas da época colonial que nunca passaram para manutenção, colocando em risco a vida da população local e os serviços a serem prestados, porque é visível a falta de infraestruturas para prestação de serviços em muitas áreas públicas no país, destacadamente a

área de saúde e educação, pois as promessas para as reconstruções destes só se ouve durante os períodos da campanha eleitoral, o que acaba por não ser cumprida.

A participação eleitoral também é um fator que mostra o quanto a democracia guineense é participativa e inclusiva, por isso elaboramos uma planilha com algumas informações das primeiras eleições multipartidárias feitas no país até 2012 que é por enquanto o ano do último golpe de Estado feito no país.

Quadro 2 - Participação e comparecimento nas eleições dos anos 1994 a 2012.

Participação/comparecimento

Ano	Eleições Legislativas		Eleições Presidenciais			
			1º Turno		2º Turno	
	Recenseados	Votantes	Recenseados	Votantes	Recenseados	Votantes
1994	355.992	88,90%	357.417	89.30%	326.615	81.60%
1999	403.79	82.28%	420.728	80.36%	361.609	71.90%
2004	460.254	76.20%	-		-	-
2005	-	-	471.843	87.60%	422.978	78.60%
2008	486.873	82.00%	-	-	-	-
2009	-	-	356.34	60.00%	362.736	61.10%
2012	-	-	326.399	55.00%	-	-

Fonte: (MONTEIRO, 2020) adaptado pela autora.

7.3 MULTIPARTIDARISMO

Para Timóteo Mbunde (2017), a democracia não poderia existir sem as instituições partidárias, uma vez que existe uma grande ligação intrínseca entre os partidos políticos e as democracias representativas, visto que o desenvolvimento de um acompanha o do outro. O multipartidarismo surgiu na Guiné-Bissau em 1990, após a queda do artigo 4 da constituição da república (1980), o que fez com que houve a liberalização econômica que também acabou implicando a liberalização política (JAUARA 2013).

Conforme Locarine (2017), o multipartidarismo é um regime político democrático que permite o povo votar e ser votado, ou seja, “um regime em que o poder se reside no povo com a participação plena de todos e todas que fazem parte de determinado país“. Por outra

analogia, para Monteiro (2013), o aparecimento do multipartidarismo fez ressurgir o selo tribalista que tinha sido desencorajado pelo Amílcar Cabral na época da luta armada. Ela ainda ressaltou que, antes as diversidades étnicas eram vistas como riquezas culturais, mas nos dias atuais são usadas como apelação para obtenção de votos para candidatos. De um lado, o processo de abertura democrática trouxe o fim do monopartidarismo, mas por outro lado permitiu a proliferação de vários partidos políticos sem as mínimas condições de funcionamento, e que só operam nos períodos eleitorais.

Entretanto, o multipartidarismo trouxe o início de um período de instabilidade política continuado no decorrer das primeiras décadas do ano 2000, sendo esses golpes de estados, e destituições dos governos.

O nível crescente de formações partidárias poderia ser um indicativo da evolução e fortalecimento da democracia na Guiné-Bissau; poderia significar existência de variadas opções e alternativas de representatividade política para diferentes franjas sociais que representassem a inclusão social de minorias e até então de todos aqueles que eram menos representados (MBUNDE, 2017 p.55).

Mbunde alega ainda que o processo do multipartidarismo não deve ser associado como a causa do fracasso da democracia na Guiné-Bissau, mas uma representatividade política dentro do sistema partidário. Com exposto acima, entende-se que o sistema multipartidarista aderido pelo país não trouxe consigo a liberdade de expressão (na prática), já que, quando existe uma ideia contrária em relação a atuação das instituições democráticas, existe um elevado risco de espancamentos e sequestros; talvez o único lado positivo desse suposto multipartidarismo é a criação de vários partidos políticos, a maior participação de massa nas tomadas de decisões políticas e entre outras.

No quadro que se segue, podem ser encontrados partidos políticos que participaram das primeiras eleições presidenciais do ano de 1994 na Guiné-Bissau.

Quadro 3 - Partidos políticos: participantes das primeiras eleições presidenciais -1994

Partido	Candidato	% Voto	
		1º Turno	2º Turno
PAIGC	João Bernardo Vieira	46,2%	49,32%
PRS	Kumba Yalá	21,88%	45,52%
RGB/MB	Domingos Fernandes Gomes	17,44%	-
PCD	Carlos Domingos Gomes	5,70%	-
FLING	François Kankola Mendy	2,80%	-
UM	Bubacar Rachid Djaló	2,76%	-
PUSD	Vitor Saúde Maria	2,07%	-
FCG/SD	Antonieta Rosa Gomes	1,79%	-

Fonte: (MONTEIRO, 2020) adaptado pela autora.

8 CRONOGRAMA

Atividades	2023		2024		2025	
	1º sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.	5º Sem.	6º Sem.
Aulas presenciais	x	x	x	x	x	x
Seleção de materiais de leitura bibliográfica	x	x	x	x	x	x
Confecções de fichamento da bibliografia.		x	x	x		
Reelaboração do Projeto			x			
Construção do texto do artigo					x	x
Defesa						x

REFERÊNCIAS

- BARROS, Miguel. Participação política juvenil em contextos de “Suspensão” (Coord.). *Juventudes, Expressividades e Poder em perspectivas cruzadas*. Revista Tomo, AGO, R. Características gerais da comunidade internacional e do seu direito. **Sequência de Estudos Jurídicos e Políticos**, [S. l.], v. 29, n. 56, p. 9–28, 2008. Disponível em <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2008V29N56P9> Acesso em: 17 jan. 2023.
- BIJAGÓ, Vagner Gomes. O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NA ÁFRICA: A difícil transição na Guiné-Bissau. *Caderno de campo*, n.23, pp. 217-243. Araraquara, 2017.
- BOBBIO, Norberto, 1909. **ESTADO, GOVERNO, SOCIEDADE: por uma teoria geral da política**. Marco Aurélio Nogueira (tradução). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- CARDOSO, Carlos. A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: Um parto difícil. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas**, Bissau, 1995.
- CARLOS, Antonio Gil. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas. 2002.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **POLÍTICA EXTERNA E ESTADO FRÁGIL NA GUINÉ-BISSAU: Crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais (CPLP e CEDEAO" 1973-2014)**. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, programa de Pós-graduação em Ciência Política- Universidade federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- CRESWELL, John W. Procedimentos qualitativos, *In PROJETO DE PESQUISA: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Luciana de Oliveira da Rocha (tradução). 2 ed. Artmed: Porto Alegre, 2007. pp. 184-201.
- DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Patrícia de Freitas Ribeiro (tradutora), WMF Martins Fontes, São Paulo, 2012.
- DJALÓ, M. **Processo de democratização da Guiné-Bissau (1991-2019)**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.
- HUNTINGTON, Samuel P. COMO? Processo De Democratização, *in A TERCEIRA ONDA: A democratização no final do século XX*. Sergio Goes de Paula. Editora Ática S. A. São Paulo, 1994. pp. 113- 164.
- IÉ, N. C.; LANGA, E. N. B. Sistema político de governação na Guiné-Bissau (1991-2019). [S. l.], 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.
- JAUARA, Manuel. O DILEMA DEMOCRACIA NOS PALOPS: A relação das autoridades étno-rurais com o Estado moderno. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013.

KOUDAWO, Fafali. **ELEIÇÕES E LIÇÕES: Esboços para uma análise das primeiras eleições pluralistas na Guiné-Bissau.**, Bissau, Ku Si Mon Editora. 1994.

M'BUNDE, T. S. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. **Almanaque de Ciência Política**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 43–56, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.25193/ISSN2526-8066.V1.N2.A3> Acesso em 19 jan. 2023

MACUANE, José Jaime. Liberalização Política e Democratização na África: Uma Análise Qualitativa. **SciELO**. vol.43 no.4 Rio de Janeiro 2000. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000400003> Acesso em: 18 jan. 2023.

MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades.**. Tese de Doutorado. FEUC. 2010

MONTEIRO, Emanuel Pinto. **Participação eleitoral como forma de consolidação da democracia na Guiné-Bissau.** Araraquara, SP, 2020.

NICHTERWITZ, F. A Cooperação Sul-Sul e a criação de Universidades Federais no Brasil do governo Lula: UNILA, UNILAB e UFFS. XXV Encontro Estadual da História, **Associação Nacional da História** – seção São Paulo, SP, p. 1-11, 2020.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006.** Dissertação (mestrado) -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

TEIXEIRA, Tamilton Gomes. **AS POLÍTICAS ECONÔMICAS E ANÁLISE DE PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL EM ÁFRICA: Estudo de caso da Guiné-Bissau a partir dos anos de 1980.** Artigo (licenciatura) Sociologia – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, 2017.